

Diferenciação e promoção dos direitos dos alunos jovens *

Feliciano H. Veiga

Resumo. Uma função eminente da Educação e, por isso, da Escola é a de estar ao serviço da promoção do conhecimento e da prática dos direitos dos alunos. Enquadrado nesta perspectiva e tendo em conta a premência do incremento de intervenções no sentido da promoção dos direitos dos alunos, apresentam-se dois estudos, centrados nos jovens na escola. Um estudo diferencial (estudo 1) que teve como objectivo, por um lado, a determinação do grau de existência dos direitos dos alunos na escola e, por outro lado, a análise da relação entre os direitos e a nacionalidade, ao longo da adolescência. Um estudo experimental (estudo 2) foi também realizado e teve como objectivo investigar os efeitos de um programa de intervenção, baseado no modelo comunicacional eclético, nos direitos dos alunos na escola. A globalidade da informação obtida permite deduzir a ideia da necessidade de novos estudos, diferenciais e de intervenção, acerca dos direitos humanos, valorizando a acção dos professores numa ligação da escola com a família e outros agentes sociais envolventes.

Palavras-chave. Direitos humanos, Direitos dos alunos, Promoção dos direitos.

Abstract. An eminent function of Education and, therefore, of the School is to be at the service of the promotion of the knowledge and the practice of the children's rights. Fit in this perspective and having in account the increment of interventions in the promotion of the student's rights, two studies are presented, centered in the young in school. A differential study (study 1) that it had as objective, on one hand, the determination of the degree of existence of the student's rights in the school and, on the other hand, the analysis of the relation between the rights and the nationality, throughout the adolescence. An experimental study (study 2) was also made and it had as objective to investigate the effect of an intervention program, based in the eclectic communicational model, in the student's rights in school. The obtained information allows to deduce the idea of the necessity of new studies, differentials and of intervention, concerning the human rights, valuing the teachers action in a connection of the school with the family and other social agents.

Keywords. Human rights, Student's rights, Promotion of the rights.

Introdução

A aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem veio consignar o reconhecimento da dignificação de todos os seres humanos, “sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”. Porém, assiste-se em elevado grau à violação dos direitos do homem, sobretudo em situações de guerra, mas também no que respeita a grupos sociais minoritários (Jordan & Goodey, 1996; Schlene, 1992; Sparks, 1994).

Uma função eminente da educação e, por isso, da escola é a de estar ao serviço da promoção do conhecimento e da prática dos direitos dos alunos. Enquadrado nesta perspectiva e tendo em conta a premência do incremento de intervenções no sentido da promoção dos direitos dos alunos, apresenta-se a realização de dois estudos centrados

* Veiga, H. V. (2006). Diferenciação e promoção dos direitos dos alunos jovens. O presente artigo retoma uma síntese a comunicação oral apresentada no Colóquio *Cidadania e Liderança Escolar*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: CIE, 28 de Outubro.

nos jovens na escola: um estudo diferencial (estudo 1) e um estudo experimental (estudo 2). Os trabalhos e os estudos acerca dos direitos humanos, e sobretudo os mais respeitantes às crianças e aos alunos, poderão ser considerados em múltiplas dimensões e complexidades, como a sua categorização em termos de diferenciação e de promoção desses mesmos direitos.

Direitos humanos

Apresenta-se, em seguida uma breve síntese dos estudos de tipo diferencial. Refira-se, entre nós, um estudo sobre os direitos de cidadania em Portugal (Benavente, Mendes e Schmidt, 1997). Centrado no direito à educação, destaca-se também um estudo cujo objectivo principal foi o (re)pensar a educação à luz da sua qualidade de direito do homem (Monteiro, 1995), e uma outra publicação (Monteiro, 1998) onde se desenvolvem mais especificamente os seguintes temas: a revolução dos direitos do homem, as fontes dos direitos à educação, a ética dos direitos do homem e do direito à educação, e ainda os direitos do homem e o direito à educação nas constituições portuguesas.

Num estudo realizado em Portugal e integrado no âmbito de uma investigação transnacional patrocinada pela UNESCO (Veiga, 2001), procedeu-se à análise das representações dos jovens acerca da existência e da importância dos seus direitos na escola e em casa. Os dados permitiram identificar o apoio dos professores como uma das maneiras de ampliar a existência dos direitos dos jovens na escola e em casa. Tal apoio apareceu associado com todas as dimensões dos direitos, sobretudo com a estima e a autodeterminação. A estima manifestada pelo professor ao aluno no processo de construção da sua identidade, no sentido de Erikson (1980), e a consideração pela sua autodeterminação, no sentido de Maslow (1970), destacam-se como importantes meios de valorização (Jordan & Goodey, 1996; Neto, 1995).

Num recente estudo de tipo exploratório (Veiga e Melo, 2005), com uma amostra constituída por 318 sujeitos de diferentes anos de escolaridade (7º, 9º e 11º anos), de escolas da Grande Lisboa, a análise dos resultados permitiu observar uma notória existência dos direitos na escola, registando-se, no entanto, diferenças significativas nas dimensões de tais direitos em função do ano de escolaridade, mas não da nacionalidade, apresentando-se tais diferenças favoráveis aos grupos mais novos. Observou-se, ainda, a ausência do efeito da interacção do ano de escolaridade com a nacionalidade.

Um outro estudo (Veiga, 2004) recorreu a um programa derivado da Análise Transaccional para a promoção dos direitos e da adequação comportamental dos alunos na escola, tendo-se registado, também aqui, melhorias significativas no grupo experimental. Num outro estudo algo semelhante ao anterior, o programa foi baseado no “modelo psicodinâmico” e a intervenção durou 21 semanas de aulas, tendo ocorrido uma diminuição significativa de comportamentos de agressão. Ainda noutros estudos (Veiga, 2001), são relatadas outras intervenções, com o modelo humanista e com a análise transaccional, com efeitos positivos na diminuição de dimensões específicas da disrupção escolar.

Direitos e imigração

Os padrões de protecção dos imigrantes estão longe de merecer consenso (Sen & Koray, 2000). Pense-se, por exemplo, na Convenção Internacional Sobre Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e nas dificuldades com que se defronta a

sua entrada em vigor. A Convenção procura assegurar os direitos humanos de todos os imigrantes, reconhecendo, embora, que os imigrantes legais têm mais direitos do que os que se encontram em situação irregular. Várias organizações internacionais como o Conselho da Europa, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) ou a Organização das Nações Unidas se têm preocupado com a protecção dos direitos dos imigrantes. No âmbito do Conselho da Europa, a protecção dos direitos dos imigrantes tem resultado, quer da aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, quer da Convenção Relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante. A Carta Social Europeia do Conselho da Europa tem-se revelado, também, um importante instrumento para a defesa dos direitos dos imigrantes. A OIT tem dado um grande contributo para a protecção dos direitos dos trabalhadores imigrantes, merecendo particular destaque a Convenção nº 143: migrações em condições abusivas e promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento de imigrantes (Sen & Koray, 2000). As problemáticas inerentes aos imigrantes jovens não podem ser generalizadas pois, embora existam problemáticas comuns, encontram-se, também, diferenças entre imigrantes oriundos de países diferentes. É exemplo os resultados de um estudo (Neto, 1995) que encontrou diferenças significativas na satisfação com a vida entre jovens portugueses e angolanos, sem que o mesmo se tivesse verificado na comparação dos portugueses com os cabo-verdianos e os indianos. Os professores podem constituir-se como elementos chave na promoção da educação intercultural, através da implementação de estratégias que potenciam o estabelecimento de relações inter-étnicas profícuas, pois a educação contribui para a promoção da cidadania na medida em que capacita para o exercício de escolhas livres e responsáveis (Sudre, 1997; Symonides, 2000).

Elementos de dois estudos

Antes da especificação da metodologia seguida em cada um dos dois estudos, apresenta-se a formulação do objectivo geral e as questões de estudo derivadas. O objectivo geral foi o de procurar encontrar respostas para o seguinte problema geral, ou pergunta de partida: Quais as oscilações dos direitos dos alunos na escola? Deste problema geral, derivaram, mais concretamente, as seguintes questões gerais: Que relação existe entre os direitos e outras variáveis de natureza sócio-escolar (ano de escolaridade e nacionalidade)? Quais os efeitos da intervenção com o modelo comunicacional eclético (MCE), na oscilação dos direitos e variáveis a eles associadas? Estas questões enquadram-se na realização de dois estudos específicos, o estudo diferencial (estudo 1) e o estudo quase-experimental (estudo 2).

Um estudo diferencial

Este estudo teve como objectivo geral a determinação do grau de existência dos direitos dos alunos na escola e a análise da relação entre tais direitos e a nacionalidade (portuguesa *versus* alunos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa, PALOP), ao longo da escolaridade na adolescência.

A determinação dos resultados e a sua análise (Veiga, no prelo) permitem sistematizar a informação seguinte. Os alunos das escolas portuguesas, independentemente da nacionalidade considerada, reconhecem que os seus direitos existem na escola actual. No entanto, a existência desses direitos torna-se menos saliente em aspectos ligados à autodeterminação, mas também à protecção e à provisão. Observou-se que, quer nos alunos portugueses quer nos filhos de mães imigrantes, os

direitos com menor existência aparecem entre o parâmetro “existe poucas vezes” e o parâmetro “existe muitas vezes”, e os direitos com maior existência situam-se no parâmetro “existe quase sempre”. Estes resultados, no que respeita aos alunos em geral, vão ao encontro de anteriores estudos (Hart *et al.*, 2001; Veiga 1999, 2001; Veiga e Melo, 2005). A não diferenciação entre alunos portugueses e alunos filhos de imigrantes aproxima-se de um recente estudo que não encontrou, entre tais sujeitos, diferenças na intimidade nem no amor (Pinto 2005), e ainda de um outro estudo que não encontrou diferenças significativas na satisfação com a vida entre jovens portugueses e indianos ou cabo-verdianos (Neto, 1995). É provável que tais resultados signifiquem a aceitação geral, pelos estudantes portugueses, dos estudantes filhos de imigrantes. O papel socializador da escola e a interiorização de valores por ela veiculados poderão, também, justificar a não discriminação observada. Numa linha menos optimista, uma outra explicação poderá estar na suposição de uma hiper avaliação da existência dos direitos pelos filhos de imigrantes, devido a uma menor importância atribuída aos direitos na escola pelos imigrantes em comparação com os alunos portugueses. Esta hipótese explicativa, por nós sugerida em anterior estudo (Veiga e Melo, 2005), encontra aqui a consistência esperada, já que, na leitura dos dados obtidos nos direitos à instrução, foi significativa a diferenciação entre os alunos portugueses e os alunos imigrantes no 11º ano, sem tal ter ocorrido nem no 7º nem no 9º anos; como explicação, poder-se-ia pensar que os alunos do 11º ano, filhos de imigrantes, teriam uma maior valorização da escola do que os seus pares, também filhos de imigrantes, que a abandonam, e portanto, atribuiriam maior importância aos direitos à instrução, dada a sua percepção de uma menor existência de tais direitos do que os alunos portugueses, também do 11º ano. Sugere-se que, em posteriores trabalhos, se proceda à administração da escala CRS, questionando os alunos acerca da existência e também da importância atribuída a cada um dos direitos e analisando a correlação entre tais variáveis em alunos imigrantes e não imigrantes. No que respeita ao ano de escolaridade, os jovens do 9º ano, quando comparados com os do 7º ano, percebem a existência de menos direitos na escola (provisão, protecção e instrução), não se observando diferenças entre o 9º e o 11º ano. Tais resultados estão na linha do observado em anteriores estudos (Veiga, 2001; Veiga e Melo, 2005). É provável que o avanço para o fim da escolaridade obrigatória (9º ano) aumente as exigências gerais a tais indivíduos, passando estes a perceberem mais obstáculos à concretização de tais direitos; poderá ainda acontecer que a maior necessidade de afirmação nos sujeitos mais velhos (Erikson, 1980) contribua para a importância — maior nos sujeitos mais velhos que nos mais novos — atribuída aos direitos, e provavelmente daí a percepção de uma menor existência desses mesmos direitos nos alunos mais velhos. A manutenção destes elementos (necessidade de afirmação, exigências feitas e importância dos direitos) entre o 9º e o 11º anos contribuiria para explicar a não diferenciação dos direitos entre tais anos, em conjugação com os contextos escolares do mesmo tipo.

Estudo experimental

Poder-se-á dizer que sem comunicação não há relação humana, e sem relação não há educação. O objectivo geral deste estudo experimental foi investigar os efeitos, nos direitos dos alunos, da utilização, pelos professores, de um programa de intervenção com o modelo comunicacional eclético. O modelo comunicacional eclético (MCE) inclui-se numa perspectiva centrada na comunicação interpessoal e pode ser utilizado na

promoção dos direitos humanos. Trata-se de um modelo descrito em anterior estudo (Veiga, 2001).

A formação dada aos professores conduziu a um plano geral de acção, orientador da planificação das aulas pelos professores, com as seguintes ideias base: utilização preferencial e maioritária de competências comunicacionais na relação com os alunos; aproveitamento de conteúdos escolares, e situações de vida do dia-a-dia, para reflectir nos direitos humanos; e estimular a aprendizagem cooperativa.

Os elementos metodológicos, os resultados específicos bem como a sua análise (Veiga, no prelo) conduzem à seguinte sistematização da informação. A intervenção realizada situa-se no âmbito da investigação-acção, envolvendo objectivos específicos de inovação (promover modificações nas práticas dos professores e, bem assim, nas representações dos alunos) e de aprendizagem de competências nos diferentes tipos de sujeitos envolvidos. Uma observação encontrada foi a maior eficácia da intervenção nos alunos do 7º do que nos do 9º ano de escolaridade; é provável que tal superioridade tenha a ver com a idade, isto é, com a diminuição da alterabilidade educacional com a idade, o que parece compreensível no âmbito das teorias do desenvolvimento psico-educacional (Fillouw, 2002; Pinto, 2005; Veiga, 2004). Os resultados aqui obtidos vão ao encontro de um anterior estudo (Veiga, 2002), em que a intervenção, também baseada no modelo comunicacional eclético (MCE), destacou a existência de diferenças significativas nos sujeitos dos grupos experimentais entre a situação de pré-teste e de pós-teste, com benefícios para os alunos, no aumento dos seus direitos em dimensões relacionais. Aproximam-se, ainda, de um outro estudo (Veiga, 2004), em que se recorreu a um programa da Análise Transaccional para a promoção dos direitos e da adequação comportamental dos alunos, registando-se melhorias significativas conforme o esperado. Como observado neste último estudo, é de esperar que a promoção dos direitos dos alunos na escola contribua também para a diminuição da indisciplina e da violência na escola, bem como para a melhoria do rendimento escolar. É também provável que uma maior duração da intervenção tivesse produzido efeitos mais significativos e, até, noutras dimensões dos direitos.

Conclusões finais

É importante transformar o quotidiano escolar num espaço de convivência ética e de educação para a paz, em vez de tratar os direitos como mais um frio conteúdo curricular. Apelar à defesa dos direitos é ajudar a construir uma sociedade em que o bem-estar da maioria, o respeito pelas diferenças e a igualdade no espaço público deixem de ser utopia e se transformem em realidade.

Compreendemos a escola como um espaço possível onde os direitos dos alunos possam ganhar, de forma efectiva, um sentido concreto, visto que as relações entre os indivíduos que nela convivem podem ser pautadas e sustentadas por acções e atitudes de diálogo, justiça, solidariedade e, principalmente, respeito mútuo (Filloux, 2002; Lúcio *et al.*, 2002; Mendes, 2002; Sen & Koray, 2000). Porque o aluno é o elemento central do futuro, é necessário que conheça os seus direitos e deveres, no âmbito de uma formação e educação integral como pessoa.

A interiorização dos direitos pelos próprios e pela comunidade, não só ao nível do cognitivo mas também do sentimento e do afecto, é uma via necessária para a consolidação dos direitos do outro, a implicarem necessariamente os deveres de cada um. A informação obtida permite, na sua globalidade, deduzir a ideia da necessidade de estudos, diferenciais e de intervenção, acerca dos direitos humanos, valorizando a acção

dos professores numa ligação da escola com a família e outros agentes sociais envolventes. O modelo ecológico de desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1986) poderá servir de enquadramento teórico, quer aos estudos diferenciais quer aos estudos experimentais de intervenção. Entendemos que, como referem várias fontes (Benavente, Mendes e Schmidt, 1997; Monteiro, 1998; Symonides, 1998, 2000; UNESCO, 1998), novos direitos se levantam hoje — denominados de 4ª geração, como o direito ao ambiente —, que requerem formação educacional específica e novas conquistas.

Referências

- Alexander, J. M., & Eaken, G. J. (1994). The teacher as communicator: Pathways to a healthier school. *Thresholds in Education*, 20(1), 20-24.
- Alves-Pinto, C. (1995). *Sociologia da escola*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Anderson, L. E. (1997). Public speaking opportunities for elementary school students. Paper presented at the *Annual Conference of the Association for Supervision and Curriculum Development* (Baltimore, MD, March 22-26, 1997), 18.
- Benavente, A., Mendes, H., & Schmidt, L. (1997). Direitos dos cidadãos em Portugal: Conhecimentos e opiniões. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 24, 71-114.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecological systems theory. In R. Vasta (Ed.). *Annals of child development*, vol. 6, pp. 187-251. Greenwich. CT: JAI.
- Bruto da Costa, A., & Pimenta, M (Coord.). (1991). *Minorias étnicas pobres em Lisboa*. Lisboa: Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã.
- Bull, K. S., & Kimball, S. (1996). Risk communication in special education. In: *Rural Goals 2000: Building programs that work*.
- Burkhart, J., & Sullivan, M. (1993). *Communication skills. Workplace education program curriculum*. Arapahoe Community Coll., Littleton.
- Buschman, L. (1995). Communicating in the language of mathematics. *Teaching Children Mathematics*, 1(6), 324-29.
- Cardoza, J. A. (1994). Integrating oral communication skills across the curriculum. Paper presented at the *Annual Convention and Exposition of the National Catholic Educational Association* (Anaheim, CA, April 4-7, 1994).
- Coates, E. (1993). The role of questions in small group discussions. Paper presented at the *European Conference on the Quality of Early Childhood Education* (Thessaloniki, Greece, September 3, 1993).
- Coty, S. (1994). "Sometimes I wish I'd never did it": Removing communication road blocks from at-risk students. *Voices from the Middle*, 1(2), 9-25.
- Daniels, H. (1995). Pedagogic practices, tacit knowledge and discursive discrimination: Bernstein and Post-Vygotskian research. *British Journal of Sociology of Education*, 16(4), 517.
- Erikson, E. H. (1980). *Identity and the life cycle* (2ª ed.). New York: Norton.
- Fenton, R. (1996). Assessing motivation to communicate in the ninth grade speech Class. Paper presented at the *Annual Meeting of the Speech Communication Association* (San Diego, CA, November 23-26, 1996).
- Filloux, J. C. (2002). Ética, infância e direitos do Homem. *Colóquio do LEPSI do IP-FE-USP*.
- Graham, L. P. et al. (1995). Effective communication in special education student teaching. Paper presented at the *Annual International Convention of the Council for Exceptional Children* (Indianapolis, IN, April 5-9, 1995).
- Hackett, K., & Wilson, T. (1995). *Improving writing and speaking skills using mathematical language*. M. A. Action Research Project, Saint Xavier University.
- Hackmann, D. G., et al. (1995). Student-led conferences: Encouraging student-parent academic discussions. Paper presented at the *Annual conference of the national middle school association* (New Orleans, LA, November 1-4, 1995).
- Hargie, O., Saunders, C., & Dickson, D. (1995). *Social skills in interpersonal communication*. New York: Routledge.
- Harrison, I. S. (1995). *Improving the communication practices of an elementary school by establishing a partnership between home and school*. Ed. D. Practicum Report, Nova Southeastern University.

- Hart, S. N., Pavlovic, Z., & Zeidner, M. (2001). The ISPA cross-national children's rights research project. *School Psychology International*, 22(2), 99-129.
- Hart, S. N., Zneider, M., & Pavlovic, Z. (1996). Children's rights: Cross national research on perspectives of children and their teachers. In M. John (Ed.), *Children in charge: The child's right to a fair hearing* (pp. 38-58). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Hauser, J. (1992). Dialogic classrooms: Tactics, projects, and attitude conversions. Paper presented at the *Annual Convention of the National Council of Teachers of English* (Louisville, KY, November 18-23, 1992).
- Irving, K. (2001). Australian students' perceptions of the importance and existence of their rights. *School Psychology International*, 22(2), 224-240.
- Jacobsen, E., & Schlegel, I. (2001). Students' perceptions of their rights in Denmark. *School Psychology International*, 22(2), 174-189.
- Jordan, L., & Goodey, C. (1996). Human rights and school change: The newham story centre for studies on inclusive education, Bristol (England). *Centre for Studies on Inclusive Education, United Kingdom*, p. 42.
- Joseph, D. (1997). *Improving conversational skills of language impaired students through cooperative learning*. M. A. Project, Saint Xavier University.
- Lúcio, A. L., Leandro, A. G., Silva, F., & Lucas, A. P. L. (2002). *Direitos humanos e cidadania* (1ª Edição). Caldas da Rainha: Nova Galáxia.
- Machado, F. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia, problemas e práticas*, 24, 9-44.
- Malheiros, J. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa – os anos da mudança*. Lisboa: Edições Colibri.
- Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality* (2ª ed.). New York: Harper and Row.
- Mendes, V. (2002). *Direitos humanos: Declarações e convenções internacionais* (1ª Edição). Lisboa: Vislis Editores.
- Monteiro, A. R. (1995). *O direito à educação*. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Tese de doutoramento).
- Monteiro, A. R. (1998). *O direito à educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Moreau, A. S. (1994). *Improving social skills of third grade students through conflict resolution training*. Master's Research Project, Saint Xavier University.
- Morse, P. S., & Ivey, A. E. (1996). *Face-to-face: Communication and conflict resolution in the schools*. Corwin Press, Inc., 2455 Teller Road, Thousand Oaks.
- Neto, F. (1995). Predictors of satisfaction with life among second generation migrants. *Soc. Indic. Res.* 35, 93-116.
- Pavlovic, Z. (2001). Cross-cultural study on the rights of the child in Slovenia: The first ten years. *School Psychology International*, 22(2), 130-151.
- Pinto, M. C. P. (2005). *Intimidade em adolescentes de diferentes grupos étnico* (Tese de doutoramento). Lisboa: Universidade Aberta.
- Schlene, V. J. (1992). Children's rights. *Social Education*, 56(4), 201-202.
- Sen, F., & Koray, S. (2000). In J. Symonides (Ed.), *Human rights: Concept and standards*. Paris: UNESCO.
- Sparks, E. (1994). Human rights violations in the inner city: Implications for moral educators. *Journal of Moral Education*, 23, 3, 315-332.
- Symonides, J. (1998). *Human rights: New dimensions and challenges*. Paris: UNESCO.
- Symonides, J. (2000). *Human rights: Concept and standards*. Paris: UNESCO.
- Teixeira, M. (1995). *O professor e a escola*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Tereseviciene, M., & Jonyniene, Z. (2001). Students' perceptions of their rights in Lithuania. *School Psychology International*, 22(2), 152- 173.
- UNESCO (1998). *Taking action for human rights in the twenty-first century*. Paris: Unesco.
- UNICEF (1998). *The proposed UN convention on the rights of the child: Info-paper 2*. New York: Author.
- Valente, O. et al. (1992). Competências comunicacionais do professor e o pensamento reflexivo dos alunos. *Revista de Educação*, 2(2), 65-71.
- Veiga, F. H. (1996). *Transgressão e autoconceito dos jovens na escola* (2ª Edição). Lisboa: Editora Fim de Século.
- Veiga, F. H. (1999). Percepções dos alunos portugueses acerca dos seus direitos na escola e na família. *Revista de Educação*, 8(2), 187-199.
- Veiga, F. H. (2001). *Indisciplina e violência na escola: Práticas comunicacionais para professores e pais* (2ª Edição). Coimbra: Almedina.

- Veiga, F. H. (2001). Students' perceptions of their rights in Portugal. *School Psychology International*, 22(2), 174-189.
- Veiga, F. H. (2002). Os direitos dos alunos na escola: Um programa de promoção. *Psicologia, Educação e Cultura*, 6(1), 115-128. (ARN)
- Veiga, F. H. (2002). Representações dos alunos do 3º Ciclo acerca da existência dos direitos psicossociais na escola. In M. F. Patrício (Ed.), *Globalidade e Diversidade — A escola cultural: Uma resposta*. Porto: Porto Editora.
- Veiga, F. H., & Melo, C. (2005). Direitos dos alunos, em função da escolaridade e da nacionalidade, ao longo da adolescência. Comunicação apresentada no *VIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (SPCE). Castelo Branco: Instituto Politécnico.
- Veiga, F. H. (2004). Promotion of rights and behavioural adequacy of students in school: Effects of a transactional analysis programme. Comunicação apresentada no *"XXVth International School Psychology Colloquium — News: School Psychology: Whose needs? Whose benefit?"* Exeter, de 27 a 31 de Julho de 2004.
- Veiga, F. H. (no prelo). Os direitos dos alunos jovens: diferenciação e promoção. In M. F. F. Sanches *et al* (Eds.), *Cidadania e Liderança Escolar*. Porto: Porto Editora & Centro de Investigação em Educação da FCUL.